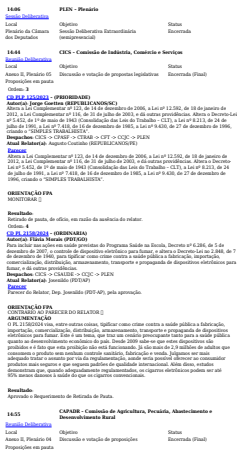
Resultado da Agenda Legislativa

De 07/10/2024 até 11/10/2024

Câmara Dos Deputados

08/10/2024 - terça-feira



14:06 **PLEN - Plenário**

Sessão Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)	Encerrada

14:04 **CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 05	Discussão e votação de proposições legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 3

CD PLP 215/2024 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)
Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.410, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o "SIMPLES TRABALHISTA".
Despacho: CICS -> CFASP -> CTRAB -> CFT -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)
Parecer
Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.410, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o "SIMPLES TRABALHISTA".

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR []

Resultado
Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do relator.

Ordem: 4

CD PL 2159/2024 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Flávia Morais (PDT/GO)
Para incluir nas ações em saúde prestadas do Programa Saúde na Escola, Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o controle de dispositivo eletrônico para fumar, e altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime contra a saúde pública a fabricação, comercialização, distribuição, armazenamento, transporte e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, e dá outras providências.
Despacho: CICS -> CSAUDE -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Josenildo (PDT/AP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Josenildo (PDT-AP), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
O PL 2159/2024 visa, entre outras coisas, tipificar como crime contra a saúde pública a fabricação, importação, comercialização, distribuição, armazenamento, transporte e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar. Este é um tema, que traz um sensível prejuízo tanto para a saúde pública como para a economia nacional. Segundo a ANVISA, o mercado ilegal desses produtos é tão grande que esta proibição não está funcionando. Já são mais de 2,9 milhões de adultos que consomem o produto sem nenhum controle sanitário, fabricação e venda. Julgamos ser mais adequado tratar o assunto por via da regulamentação, saúde seria possível oferecer ao consumidor produtos mais seguros e que seguem padrões de qualidade internacional. Além disso, estudos demonstram que, quando adequadamente regulamentados, os cigarros eletrônicos podem ser até 95% menos danosos à saúde do que os cigarros convencionais.

Resultado
Aprovado o Requerimento de Retirada de Pauta.

14:55 **CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 04	Discussão e votação de proposições	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: **1**
CD REQ 143/2024 CAPADR - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Solicita que seja convocada o Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre o aumento dos índices de queimadas no país e suas consequências na produção agropecuária.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL []

Resultado:
Aprovado. Transformado em convite.

Ordem: **2**
CD REQ 145/2024 CAPADR - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Rodolfo Nogueira (PL/MS)
Requer informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, acerca da não conclusão de processos de avaliação de novas moléculas (produtos técnicos e produtos formulados) ainda não registrados no Brasil pela IBAMA.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL []

Resultado:
Aprovado.

Ordem: **3**
CD REQ 147/2024 CAPADR - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Rodolfo Nogueira (PL/MS)
Requer a convocação da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, a fim de prestar esclarecimentos acerca das ações do Ministério em relação aos incêndios em todo o país e seus impactos na agropecuária.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL []

Resultado:
Aprovado. Transformado em convite.

Ordem: **4**
CD REQ 148/2024 CAPADR - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Solicita que seja convocado o Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre os planos do Governo Lula para conficar terras de autores de incêndios florestais.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL []

Resultado:
Aprovado. Transformado em convite.

Ordem: **5**
CD REQ 149/2024 CAPADR - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Solicita informações à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, sobre os planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL []

Resultado:
Aprovado.

Ordem: **6**
CD REQ 152/2024 CAPADR - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de que o Governo Federal teria concedido a expansão de terras para grupos milhares, enquanto milhares de famílias assentadas permanecem em condições de abandono.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL []

Resultado:
Não deliberado.

Ordem: **7**
CD MSC 73/2024 - **(PRIORIDADE)**
Autor(a): Poder Executivo
Submete à apreciação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do Inciso XVII do art. 48, combinado com o § 9º do art. 184, da Constituição, proposta de doação de área pertencente ao Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, com 1.005,44 hectares, localizada no Município de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas, em favor do Município de Rio Preto da Eva – RIOMADEPE, no Estado do Amazonas, para fins de prévia autorização, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia.
Despachos: CAPADR -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Albuquerque (REPUBLICANOS/RR)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Albuquerque (REPUBLICAN/RR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR []

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Vista conjunta aos Deputados Emanuel Pinheiro Neto e Tadeu Veneri.

Ordem: **8**
CD PLP 23/2024 - **(PRIORIDADE)**
Autor(a): Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)
Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir) que "Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências", a fim de vetar isenção tributária para o comércio de animais vivos.
Despachos: CAPADR -> CMADS -> CFT -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Marussa Boldrin (MDB/GO)
Parecer
Parecer do Relatora, Dep. Marussa Boldrin (MDB-GO), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL AO PARECER DA RELATORA []
ARGUMENTAÇÃO
A solução proposta para tratar bem-estar animal, parece ser simplista, sendo que, existem métodos mais eficaz-es e humanitários para garantir o bem-estar dos animais sem prejudicar a viabilidade econômica do setor agropecuário, como a implementação de regulamentações mais rigorosas e a promoção de práticas de manejo sustentável. Além do mais, a retirada da isenção fiscal pode trazer ônus para os produtores rurais, o que por, sua vez, prejudicaria a balança comercial do país, além de afetar o emprego e a renda dos trabalhadores rurais.

Resultado:
Não deliberado.

Ordem: **9**
CD PL 4663/2018 - **(PRIORIDADE)**
Autor(a): Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE)
Dispõe sobre a conservação, a restauração e o uso sustentável do bioma Caatinga.
Despachos: CINDRE -> CAPADR -> CMADS -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Coronel Meira (PL/PE)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Coronel Meira (PL-PE), pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela CINDRE e do PL 8948/2017 (Nº Anterior: PLS 232/2016), apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
O **Código Florestal** já estabelece parâmetros técnicos e científicos para a preservação do Bioma Caatinga, incluindo suas particularidades. Assim, qualquer norma que especifique regras para biomas deve ser cuidadosamente avaliada para não comprometer a produção de alimentos e o desenvolvimento nacional, já devidamente estipulada na legislação ambiental e florestal em vigor.
Ressalta-se que o Brasil possui uma das mais rigorosas legislações ambientais do mundo, sendo ela própria um importante mecanismo de proteção, controle, monitoramento e combate ao desmatamento de **todos os biomas brasileiros**, inclusive da Caatinga.

Resultado:
Não deliberado.

Ordem: **10**
CD PL 4862/2020 - **(PRIORIDADE)**
Autor(a): Joaquim Passarinho
Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redação das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao poder público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.
Despachos: CINDRE -> CINDRE -> CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Augusto Puppio (MDB/AP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Augusto Puppio (MDB-AP), pela aprovação deste.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
Apesar do avanço promovido pelo Pronaf nas políticas públicas para o setor agropecuário, ainda há uma distribuição desigual dos recursos. Inovovendo algumas regiões mais que outras. Este projeto de lei propõe alterar a Política Nacional da Agricultura Familiar para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais como um de seus princípios fundamentais, comprindo os princípios constitucionais de erradicação da pobreza e diminuição das disparidades regionais. O substitutivo apresentado, PRL nº2, amplia essa iniciativa para toda a região, e não focalizante nas atividades desenvolvidas na Região do Marajó.

Resultado:
Aprovado o requerimento de inversão de pauta do deputado Augusto Puppio. Aprovado o Parecer.

Ordem: **11**
CD PL 4862/2020 - **(PRIORIDADE)**
Autor(a): Joaquim Passarinho
Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redação das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao poder público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.
Despachos: CINDRE -> CINDRE -> CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Augusto Puppio (MDB/AP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Augusto Puppio (MDB-AP), pela aprovação deste.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
Apesar do avanço promovido pelo Pronaf nas políticas públicas para o setor agropecuário, ainda há uma distribuição desigual dos recursos. Inovovendo algumas regiões mais que outras. Este projeto de lei propõe alterar a Política Nacional da Agricultura Familiar para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais como um de seus princípios fundamentais, comprindo os princípios constitucionais de erradicação da pobreza e diminuição das disparidades regionais. O substitutivo apresentado, PRL nº2, amplia essa iniciativa para toda a região, e não focalizante nas atividades desenvolvidas na Região do Marajó.

Resultado:
Aprovado o requerimento de inversão de pauta do deputado Augusto Puppio. Aprovado o Parecer.
Ordem: **11**
CD PL 1688/2024 - **(ORDINARIA)**
Autor(a): Daniela Reinehr (PL/SC)
Confere ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Qualidade Genética Bovina.
Despachos: CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Zucco (PL/RS)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Zucco (PL-RS), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
Reconhecer o Município de Água Doce, localizado no Estado de Santa Catarina, como "Capital Nacional da Qualidade Genética Bovina" é medida que valoriza o produto local e as atividades econômicas predominantes pela comunidade. O título pode fortalecer a identidade e o orgulho comunitários, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e a inovação no setor.

Resultado:
Lido o Parecer. Iniciada a Discussão. Discutiu a Matéria a Dep. Daniela Reinehr (PL-SC). Encerrada Discussão. Aprovado o Parecer.
Ordem: **12**
CD PL 1515/2024 - **(ORDINARIA)**
Autor(a): Weller (PT/PR)
Confere ao Município de Capanema, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Melado.
Despachos: CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Tadeu Veneri (PT/PR)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Tadeu Veneri (PT-PR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
O reconhecimento do Município de Capanema como a Capital Nacional do Melado, dará destaque para a cidade e para a região contribuindo para o fortalecimento da economia local e do Estado do Paraná e valorizará o pequeno produtor rural e os trabalhadores que produzemo o melado.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Aprovado o Parecer.
Ordem: **13**
CD PL 2902/2024 - **(ORDINARIA)**
Autor(a): Leo Prates (PDT/BA)
Dispõe sobre a suspensão de pagamento de financiamentos relacionados à atividade agropecuária em virtude da seca e dos incêndios no Estado da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins.
Despachos: CAPADR -> FT -> CCJC
Atual Relator(a): Pedro Jr (PL/TO)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Pedro Jr (PL-TO), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
É meritório como forma de mitigar os efeitos de possíveis inadimplências aos empréstimos contratados no âmbito de programas de crédito rural para os produtores da região do MATOPIBA.

Resultado:
Não deliberado.
Ordem: **14**
CD PL 3309/2024 - **(ORDINARIA)**
Autor(a): Sergio Souza (MDB/PR)
Concede ao Município de Toledo, localizado no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Proteína Animal.
Despachos: CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Tião Medeiros (PP/PR)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Tião Medeiros (PP-PR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORAVEL AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
O reconhecimento que se pretende conferir a Toledo, como "Capital Nacional da Proteína Animal", valoriza a tradição empreendedora do seu povo, que tanto contribui para a segurança alimentar da população brasileira e para as exportações do complexo carnes, enaltecendo a grandeza do setor agropecuário nacional.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Aprovado o Parecer.

09/10/2024 - quarta-feira

09:30 **CSAGRI - Comissão de Saúde**

Tempo Deliberativo

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 07	Discussão e votação de proposições legislativas	Encerrada (Termo)

Proposições em pauta

Ordem - 10

PL PL 3994/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS)
Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para determinar a inserção de alertas nas embalagens e propagandas de produtos que contenham açúcares sintéticos.
Despacho: CSAGRI -> CSC -> CCJC
Atual Relator(a): Luciano Vieira (REPUBLICANOS)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Luciano Vieira (REPUBLICANO), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
Apesar de louvável o propósito da lei de proteger pessoas com dislicitemia de GSPD seja sobre, já existem regulamentação que impõe advertências em relação para substâncias potencialmente perigosas para a saúde. A criação de uma legislação adicional específica para a dislicitemia de GSPD pode criar uma sobrecarga regulatória para os fabricantes e comerciantes, aumentando os custos e a complexidade regulatórios. Esta medidas podem implicar em uma adicionais retirados e demandar tempo para adaptação, o que pode não ser viável para todos os produtores. Uma abordagem focada em educação e conscientização pode ser mais eficaz sem causar transtornos excessivos à indústria e aos consumidores.

10:00 **CFT - Comissão de Finanças e Tributação**

Tempo Deliberativo

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 04	Discussão e votação de proposições legislativas	Encerrada (Termo)

Proposições em pauta

Ordem - 11

PL PL 3994/2021 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS)
Institui o Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, referentes pelos órgãos regulatórios, incidentes sobre os atos necessários à proteção de cultivares, à concessão de patentes, produtos e tecnologias gerados.
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Coronel Chrisóstomo (PL/RO)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM), pela não implicação de matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR.
ARGUMENTAÇÃO
Institui o Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de taxas e contribuições para registro e proteção de experimentos, produtos e tecnologias. o Projeto de Lei "cobrança e isenção de Embrapa, ao estabelecer a cobrança de taxas em um momento de crescente necessidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento, pode criar barreiras financeiras para novos inventores produtores, impulsionando a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, a falta de clareza sobre a agregar valor, contribuindo diretamente para o aumento da competitividade do setor agropecuário nacional.

Ordem - 12

PL PL 4015/2021 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Ernani Pereira
Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Gorpreto Portugal (PODE/RJ)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Gorpreto Portugal (PODE/RJ), pela inconstitucionalidade e inadequação financeira e orçamentária.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
Ocorando do Senado Federal, o PLS 78/2015, destinou que a assistência técnica desempenhe um papel crucial na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e na adaptação às mudanças climáticas, na mitigação de emissões e emissões. Além disso, estimular para reduzir os riscos ambientais e sociais associados à produção agrícola. Ao exigir que os serviços de ATER sejam prestados a todas as famílias, contagem por propriedades de até quatro módulos fiscais, representa o segmento mais vulnerável e menos assistido da agricultura familiar, que muitas vezes enfrenta barreiras para progr. Para os agricultores familiares com mais de quatro módulos fiscais e os médios produtores, assim, é recomendável a criação de uma linha de crédito subsidiada específica para a contratação de serviços de ATER, visando a melhoria da produção de alimentos e sua contribuição para o Produto Interno Bruto brasileiro.

Ordem - 13

PL PL 4015/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Ernani Pereira (PODE/TO)
Institui o Plano Nacional de Investidos e Hortos Residenciais e Comunitários.
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Lucas Cavedon (PSD/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Lucas Cavedon (PT/SP), pela não implicação de matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.142/2021, e da Subemenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
Ocorando do contexto da pandemia, o projeto visto como medida salutar para incentivar o cultivo de hortas em casa para abrigar alimentos frescos na mesa das famílias, que muitas vezes não tem acesso a esses produtos. Além disso, a proposta também prevê a doação de parte da produção pública ou qualquer interessado que possa disponibilizar de forma gratuita a entrega de alimentos frescos e saudáveis para famílias em situação de vulnerabilidade social. A doação e comercialização de hortas nacionais ou comunitárias, bem como a assistência aos meios de cultivo, a orientação e entrega de material didático.

Ordem - 14

PL PL 3994/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS)
Altera o art. 37, do Lei nº 9.503, de 23 de junho de 1997."
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Lucas Cavedon (PSD/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Lucas Cavedon (PSD/SP), pela não implicação de matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.142/2021, e da Subemenda adotada pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA. []
ARGUMENTAÇÃO
Objetivo é dar a agricultor ou empresário como o segundo especial para fins de aposentadoria ao **aumentar a área máxima de imóvel rural de quatro módulos fiscais para dois módulos fiscais**, um ato de uma área total de até 4 módulos fiscais. A proposta visa **alterar o método de cálculo** para a concessão de aposentadoria especial para o segurado especial da Previdência Social, retirando a exclusão de agricultores que possuem propriedades superiores a 4 módulos fiscais, mas que, devido a características de metade é a legislação ambiental, só podem explorar uma área de até 2 módulos fiscais. Essa exclusão é injusta, pois muitos agricultores nessas se legislação tributária, em sua de área total. Isso prejudica que agricultores se enquadrem como segurados especiais se explorarem até 4 módulos fiscais aposentadoria. Salienta que os benefícios previdenciários rurais são financiados por toda a sociedade brasileira, não apenas pelos. Portanto, é justo e referir legal o uma medida solicitar que contribuirá para reduzir os gastos públicos com demandas previsionais. O substitutivo apresentado busca alinhar as Leis nº 2.22.21985 e nº 8.23.1991, permitindo que o limite de quatro módulos fiscais se refira à área aproveitável.

Ordem - 15

PL PL 4015/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Ernani Pereira (PODE/TO)
Modifica os arts. 37, 38-A, 38-B, 61 e 67 e 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterado pela Lei nº 13.177, de 22 de janeiro de 2015.
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Dagoberto Nogueira (PSDB/MS)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Dagoberto Nogueira (PSDB/MS), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.142/2021, dos PLs nºs 2.113/2023 e 3.994/2021, apensados, e pela rejeição do PL nº 4.522/2021, e do PL nº 2.120/2023, apensados, e pela rejeição do PL nº 4.015/2021, e da Subemenda substitutiva adotada pela CSAGRI, e da emenda nº 1/2023 apresentada na Comissão, com subemenda.

ORIENTAÇÃO FPA
SEM OTIMIZAR. []

10:00 **CTRAB - Comissão de Trabalho**

Tempo Deliberativo

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 11	Discussão e votação de proposições legislativas	Cancelada

Proposições em pauta

Ordem - 13

PL PL 4015/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Ernani Pereira (PODE/TO)
Dispõe sobre a produção de uso de veículos de tração animal em área urbana e a sua substituição por veículo de propulsão humana.
Despachos: CAPADR -> CTRAB -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Marcelo Queiroz (PP/RJ)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Marcelo Queiroz (PP/RJ), pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 7.843/17, 1.176/19, 75/19, 1.307/20 e 3.726/21, apensados, com substitutivo.

Ordem - 14

PL PL 4015/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Ernani Pereira (PODE/TO)
Regulamenta a profissão de Tecnólogo em Agricultura e Meliponicultura e a de Especialista em Agricultura e Meliponicultura.
Despachos: CAPADR -> CTRAB -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Luiz Gastão (PSD/CE)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD/CE), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
Dará mais segurança aos profissionais da Agricultura (criação de abelhas com ferrão) e Meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão), pois as atividades desenvolvidas são realizadas não só para a produção agrícola, mas também para a área de saúde pelos seus respectivos dos produtos das abelhas, bem como a melhoria ecossistêmica e farmacêutica.

Ordem - 15

PL PL 4015/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Ernani Pereira (PODE/TO)
Cria o Programa Nacional de Fortalecimento do Transportador Autônomo - PRONAT e dá outras providências.
Despachos: CAPADR -> CTRAB -> CFT -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Ivoor Vieira do Melo (PP/BA)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Ivoor Vieira do Melo (PP/BA), pela aprovação deste, com subemenda.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
Cria-se o programa em benefício dos Transportadores Autônomos de Cargas - TAC, do modo que, entre outras providências, estabelece medidas de fomento à formação profissional dos transportadores que trabalham por conta própria, bem como para a contratação de agentes de suporte e para a implantação de pontos de parada e descanso. Também estabelece a criação de comitês estaduais e subsidiários for a inclusão do setor dos caminhoneiros autônomos cooperados, para tal alcançar um tratamento tributário no classe.

10:00 **CDE - Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Tempo Deliberativo

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	Discussão e votação de proposições legislativas	Encerrada (Termo)

Proposições em pauta

Ordem - 11

PL PL 4015/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Rodrigo Agostinho (PSB/SP)
Institui o Programa Nacional de Fortalecimento Profissional e dá outras disposições.
Despachos: CDE -> CTRAB -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT/SP), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
A fundamentação ambiental exigida é vaga e subjetiva, possibilitando de regulamentação adicional para empreendimentos de pequeno porte. Além disso, a ausência de um programa de conformidade será benéficiado aos consumidores, e reduzir o programa seja declarado inconstitu, a exclusão de benefícios fiscais e financiamentos para grandes empresas, sem considerar o impacto ambiental de suas atividades, ambientais para apoiar a proposta, ignora a eficácia de sistemas jurídico ambiental consolidado no Brasil, que já provê penalidades rigorosas e fiscalização constantes. A proposta também é contraditória, pois ao mesmo tempo em que busca reduzir a burocracia, cria novas exigências e procedimentos que podem aumentar custos. Por esses motivos, a proposta não resolverá os problemas que pretende solucionar.

Ordem - 6

PL PL 3994/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Prof. Paulo Fernando (PODE/GO)
Proíbe a importação de consultivos, cigarros e produtos similares fabricados por empresas que realizem testes em animais.
Despachos: CDEIC -> CDE -> CSCS -> CCJC
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT/SP), pela aprovação, com Subemenda.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
Infelizmente um debate racional e e apresentação de alternativas que questiona o bem-estar animal, mesmo que sejam para fins científicos, é cada vez mais combatido e escasso. Contudo, há alternativas que evitam impactos financeiros significativos no preço final dos produtos, ou estudos, mesmo alternativas não são capazes de substituir totalmente os experimentos em animais vivos. Além disso, a ausência de alternativas pode inviabilizar, temporariamente, com as melhores práticas de produção e originado recomendações de validados e trabalhos científicos em nível mundial.

Ordem - 8

PL PL 3994/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS)
Proíbe a comercialização de consultivos, cigarros e produtos similares fabricados por empresas que realizem testes em animais.
Despachos: CAPADR -> CDE -> CCJC -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Nazo Pedrosa (PSD/AM)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Saulo Pedrosa (PSD/PE), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
O estabelecimento de critérios baseado na cultura da produção, além de não haver qualquer unidade de ponto de vista técnico, vem uma falsa ideia de que os pequenos produtores estão contra das grandes produtores. O critério, além de não quantificar qualquer beneficio técnico, pode prejudicar estabelecimentos, que apesar de aplicarem um processo de produção artesanal, possui uma produção de alimentação superiores aos definidos pela presente proposta.

Ordem - 10

PL PL 4015/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Ernani Pereira (PODE/TO)
Altera a Lei nº 11.326, de 24 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).
Despachos: CAPADR -> CDE -> CTRAB -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Daniel Almeida (PCdoB/BA)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA), pela aprovação deste, com Subemenda, e pela rejeição do substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR. []
ARGUMENTAÇÃO
A proposta busca aperfeiçoar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), destinado a financiar pequenos negócios populares e empreendedores informais. Entre outros temas, O parecer do Dep. Daniel Almeida é pela aprovação do projeto, com Subemenda, e pela rejeição do substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Segundo o relator, a Subemenda tem o objetivo de aperfeiçoar a proposição, em especial no que diz respeito à flexibilização da formação de Goiânia, mas com outros partido acredita que o projeto deve aumentar o limite de renda ou receita bruta anual dos beneficiários do programa, de R$ 360 mil para R$ 540 mil. Isso promoveria que mais pequenos empreitos pudessem se beneficiar do microcrédito.

10:21 **CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 06 Proposições em pauta	Discussão e votação de proposições	Encerrada (Final)

Ordem: 1

CD-RIO-10/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Pedro Lupion (PP/PR)
Pesar e solicitação de Voto de Pesar dos Membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR pelo falecimento do Deputado Federal Dr. Luiz Antônio Fleury Filho, ocorrido no último dia 7 de outubro de 2024, em São Paulo/SP, aos 70 anos de idade, vítima de complicações decorrentes de um câncer no pulmão.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 2

CD-RIO-15/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Pedro Lupion (PP/PR)
Pesar e solicitação de Voto de Pesar dos Membros na Câmara dos Deputados, para apresentação do trabalho da Associação Fundiária do Médio-Araguaia - AFMA e a empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 3

CD-RIO-15/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Pedro Lupion (PP/PR)
Pesar e solicitação de Voto de Pesar pelo falecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, através do Professor Agricultura e Pesca – Incraísta e ex-Instituto Federal de Goiás(ma – IFG).
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 4

CD-RIO-15/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Ana Paula Lobo (PP/MG)
Pesar e solicitação de Voto de Pesar da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR nos Encontros Regionais dos Malheiros do Agro Cearense que
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 5

CD-RIO-15/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Coronel Fernanda (PL/MT)
Pesar e criação de Subcomissão Especial destinada a promover o debate das metas e estratégias brasileiras para COP30.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 6

CD-RIO-15/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Coronel Fernanda (PL/MT)
Pesar e criação de Subcomissão Especial para discussão da Lei Antidesmatamento da União Europeia e seus impactos na economia do Brasil.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 7

CD-RIO-15/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Pesar e criação de Subcomissão Especial com o objetivo e o propósito de coletar e sistematizar de contexto do Eco107 para realização de ciclos de duplicação no BR-101, via crucial para o escoamento da produção agrícola.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 8

CD-RIO-15/10/2024-CAPADR - (DIVERSOS)
Autoria: Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Pesar e criação de Subcomissão Especial com o objetivo de discutir o tema: "Necessidade do novo Tarifa de Avaliação Psicossistemical do Crédito Rural criticada pelo o Banco da Amazônia (BASA) nas operações de custeio e investimento utilizando os limites de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO".
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL [1]

Resultado:
Aprovado com o recluso da CONTAG.
Ordem: 9

CD-RIO-16/7/2024 - (DIVERSOS/ARTS)
Autoria: Coronel Fernanda (PL/MT)
Pesar e Resolução nº 1.969, de 13 de abril de 1928, que "Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais ao âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária".
Despacho: CAPADR -> CFT -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Rodolfo Nogueira (PL/MS)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS), pela aprovação deste, do PDL 1082/2024, do PDL 1792/2024, do PDL 1717/2024, do PDL 1686/2024, do PDL 1652/2024, do PDL 2032/2024, e do PDL 2242/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
Sustar os efeitos do reconhecimento Decreto nº 11.995, de 11 de abril de 2024, o qual visa permitir que o governo acolher a aquisição de terras, sem critérios técnicos, ocupantes/ou e de responsabilidade ambiental, ocupantes de áreas públicas federais, sem a necessária licitação pública, com a consolidação de ocupantes da União e com análise de impacto fiscalizado. Esta política favorece falsos de ocupantes agrários, impactando muitos agricultores agrariamo tradicionalmente pelo posse legítima da terra.

Resultado:
Aprovado o Parecer pelo Relator. Votos contrários aos Deputados Alcea Moreira, Elisangela Araujo e Tadeu Veneri.
Ordem: 10

Ltd-Ret-1/2024 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Pedro Lupion (PP/PR)
Solicita o Regime Especial Tributário para Aquisição de Bens de Capital por Produtores de Leite.
Despacho: CAPADR -> CFT -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Ana Paula Lobo (PP/MG)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Ana Paula Lobo (PP/MG), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA [1]
ARGUMENTAÇÃO
Cria o Regime Especial para Aquisição de Bens de Capital por Produtores de Leite (Moderlei), que suspende a incidência do PIS/Pasep e da Cofins nas aquisições de máquinas e equipamentos novos destinados à produção de leite. Esse benefício fiscal visa apoiar, facilita a aquisição de maquinários modernos, o que promoverá aumentar a eficiência e a produtividade, mas também poderá reduzir os custos de produção.

Resultado:
Aprovado o Parecer. Aprovado o Parecer.
Ordem: 11

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Alan Ghanem Filho (PSD/RJ)
Cria o Regime Especial de Reintegração de Incidência de Jambeiro e Uveia, a reformação reconhecer para o uso de aço natural como matérias primas diversos produtos, alíena a Lei nº 8.775, de 27 de janeiro de 1993, a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, e a Lei nº 12.350, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.
Despacho: CAPADR -> CFT -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Coronel Fernanda (PL/MT), pela aprovação deste, e do Ramalho 1/2023 da CAPADR, e pela rejeição da Emenda ao Substitutivo 1/2024 no SETT e CAPADR, e da Emenda ao Substitutivo 2/2024 no SDT e CAPADR.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA [1]
ARGUMENTAÇÃO
Ao substituir o pão natural para a produção de fertilizantes, o projeto visa reduzir os custos de produção de fertilizantes nitrogenados, promovendo uma agricultura mais sustentável e competitiva. O pão de ferro pode reduzir em até 30% o consumo de fertilizantes nitrogenados, diminuindo a dependência externa, especialmente dos nitrogenados (ureia e uréia). Além disso, a incorporação de pão de ferro pode aumentar a produtividade agrícola em até 20%, contribuindo para a segurança alimentar do projeto com a sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que diversifica as fontes de energia para a produção agrícola.

Resultado:
Não deliberado.
Ordem: 12

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Coronel Fernanda (PL/MT)
Institui o programa de incentivo às práticas sustentáveis para pequenos produtores rurais.
Despacho: CFAMA -> CAPADR -> CFT -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Coronel Fernanda (PL/MT), pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela CFAMA, com subsidiários.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA [1]
ARGUMENTAÇÃO
O subsidiários da relatora Dep. Coronel Fernanda propõe alterar o conceito de pequenos produtores rurais, elevando o limite de renda bruta anual de R$ 500 mil para R$ 3 milhões. Com isso, 90% dos 5 milhões que todos do agricultura familiar, é muito abrangente e adequada para esse dificuldade. O programa oferece assistência técnica gratuita on a fazer custo para pequenos produtores adotarem práticas sustentáveis, como agricultura de precisão, uso eficiente de fertilizantes e irrigação. Além disso, o equipamentos, capacitação, parcerias com instituições de pesquisa e incentivos à diversificação de culturas e sistemas agroflorestais, promovendo o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Resultado:
Lido o Parecer. Voto à Deputada Elisangela Araujo.
Ordem: 13

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Jaime Verlaine de Oliveira (PSD/PA)
Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para regulamentar o desconguimento de preço estipulado em regime tributário nos procedimentos envolvendo agricultores familiares.
Despacho: CFAMA -> CAMAZ -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Gabriel Mota (REPUBLICANOS/RR)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Gabriel Mota (REPUBLICAN), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
Ofende diretrizes as dificuldades enfrentadas pelos órgãos ambientais em exercer os poderes legais dentro à falta de pessoal e infraestrutura, o que impacta diretamente os pequenos agricultores, que muitas vezes são penalizados por questões que fogem ao seu controle. A proposta busca garantir a prerrogativa que o poder legal de análise pelos órgãos ambientais não impeça a continuidade da agricultura familiar. Assim, ações administrativas, como embargos, sejam suspensas até a regularização da situação, evitando prejuízos desnecessários. Isso promove uma maior responsabilidade, mas sem sobrar punições automáticas que prejudiquem suas sobrevivência.

Resultado:
Lido o Parecer. Aprovado o Parecer.
Ordem: 14

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Dr. Fernando Torres (PSD/PA)
Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para dar preferência à titulação coletiva no caso de imóveis rurais pertencentes a famílias de diferentes.
Despacho: CAPADR -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Zucco (PL/RS)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Zucco (PL/RS), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
A lei ordinária MAIOR considera o que "Decreto de sua data de interpretação, o entrega coletiva o que se refere a titulação individual, ou seja, a propriedade de cada família. Essa mudança pode gerar insegurança jurídica, pois a titulação coletiva pode dificultar a resolução de conflitos internos e a tomada de decisões sobre o uso da terra. Além disso, a proposta não considera as particularidades de cada região, onde a titulação individual pode ser mais adequada para garantir o acesso a crédito e a investimentos. Portanto, a proposta do relator não é necessária e pode não trazer benefícios para os pequenos agricultores familiares.

Resultado:
Não deliberado.
Ordem: 15

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Tito Mesquita (PSD/PA)
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o restabelecimento de atividades econômicas em áreas de preservação permanente em propriedades rurais.
Despacho: CAPADR -> CFAMA -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Sargento Fahur (PSD/PR)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Sargento Fahur (MDB-PR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
Ofende diretrizes as dificuldades enfrentadas pelos órgãos ambientais em exercer os poderes legais dentro à falta de pessoal e infraestrutura, o que impacta diretamente os pequenos agricultores, que muitas vezes são penalizados por questões que fogem ao seu controle. A proposta busca garantir a prerrogativa que o poder legal de análise pelos órgãos ambientais não impeça a continuidade da agricultura familiar. Assim, ações administrativas, como embargos, sejam suspensas até a regularização da situação, evitando prejuízos desnecessários. Isso promove uma maior responsabilidade, mas sem sobrar punições automáticas que prejudiquem suas sobrevivência.

Resultado:
Lido o Parecer. Aprovado o Parecer.
Ordem: 16

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Dr. Fernando Torres (PSD/PA)
Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para dar preferência à titulação coletiva no caso de imóveis rurais pertencentes a famílias de diferentes.
Despacho: CAPADR -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Zucco (PL/RS)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Zucco (PL/RS), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
A lei ordinária MAIOR considera o que "Decreto de sua data de interpretação, o entrega coletiva o que se refere a titulação individual, ou seja, a propriedade de cada família. Essa mudança pode gerar insegurança jurídica, pois a titulação coletiva pode dificultar a resolução de conflitos internos e a tomada de decisões sobre o uso da terra. Além disso, a proposta não considera as particularidades de cada região, onde a titulação individual pode ser mais adequada para garantir o acesso a crédito e a investimentos. Portanto, a proposta do relator não é necessária e pode não trazer benefícios para os pequenos agricultores familiares.

Resultado:
Não deliberado.
Ordem: 17

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Tito Mesquita (PSD/PA)
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o restabelecimento de atividades econômicas em áreas de preservação permanente em propriedades rurais.
Despacho: CAPADR -> CFAMA -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Sargento Fahur (PSD/PR)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Sargento Fahur (MDB-PR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
Ofende diretrizes as dificuldades enfrentadas pelos órgãos ambientais em exercer os poderes legais dentro à falta de pessoal e infraestrutura, o que impacta diretamente os pequenos agricultores, que muitas vezes são penalizados por questões que fogem ao seu controle. A proposta busca garantir a prerrogativa que o poder legal de análise pelos órgãos ambientais não impeça a continuidade da agricultura familiar. Assim, ações administrativas, como embargos, sejam suspensas até a regularização da situação, evitando prejuízos desnecessários. Isso promove uma maior responsabilidade, mas sem sobrar punições automáticas que prejudiquem suas sobrevivência.

Resultado:
Lido o Parecer. Aprovado o Parecer.
Ordem: 18

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Gabriel Mota (REPUBLICANOS/RR)
Dispõe sobre a promoção da internacionalização da raça de caninos Mangalarga Marchador, e dá outras providências.
Despacho: CAPADR -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Fernanda Pimenta (PL/MG)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Fernanda Martins (PL/MG), pela aprovação, com subsidiários.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
Dispõe sobre a promoção da internacionalização da raça de caninos Mangalarga Marchador, originada em Minas Gerais há cerca de 200 anos, também da espessa biológica e cultural do país. O setor representa movimenta cerca de R$30 bilhões todo ano, e gera 2 milhões de empregos, sendo a maioria no meio rural. A proposta visa fortalecer a criação, preservar a genética e promover a exportação, ordenada dentro das normas sanitárias, fitossanitárias e de adaptação aos padrões internacionais. Julgamos a iniciativa meritória, e nos posicionamos **favoravelmente ao parecer do relator.**

Resultado:
Lido o Parecer. Aprovado o Parecer.
Ordem: 19

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Pezenti (MDB/SC)
Dispõe sobre a simplificação da tributação eletrônica e da emissão do documento fiscal eletrônico e produtor rural, pessoa física não inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas."
Despacho: CFAMA -> CFT -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Coronel Meira (PL/PE)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Coronel Meira (PL/PE), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
O Não deixa claro a obrigatoriedade para os produtores rurais pessoais a redução de custos, a simplificação do processo de comercialização de produtos agrícolas e o aumento da produtividade, ao diminuir o tempo gasto com burocracia e permitir que os produtores se concentrem em atividades produtivas, principalmente os pequenos não têm condições de arquivar os custos e a complexidade associados à escrituração e aos documentos fiscais eletrônicos.

Resultado:
Não deliberado.
Ordem: 20

Ltd-Ret-4/2024/2023 - (DIVERSOS/RI)
Autoria: Pezenti (MDB/SC)
Altera o artigo 6º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o concessão de benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal e dá outras providências, para dispor sobre do documento e pagamento de benefício aos pescadores profissionais artesanais.
Despacho: CAPADR -> CFT -> CCJC
Ideal Relatoria(s): Fernando Costa (PODE/MG)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Fernando Costa (PODE/MG), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR [1]
ARGUMENTAÇÃO
A proposta trazida por Fedor Núcleo o cumulado aos auxílios dos requerimentos do concessão de **seguro defeso** (Serviço para pode benefício para o pessoa que subsevive da pesca artesanal, durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para preservar as espécies). Ao garantir que esses pescadores não consigam recolher o mesmo rotinado o suporte prolongado, mais que necessitam de pagamento desse suporte para a manutenção familiar durante o período de defeso.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Voto ao Deputado Tadeu Veneri.

10:30 **FCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03 Proposições em pauta	Discussão e votação de proposições legislativas	Cancelada

Ordem: **8**

CD PL 4609/2020 - (ORDINARIA)
Autor(a): Chris Tonietto (PL/RJ)
Altera o art. 12-A da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, acrescentando parágrafos a fim de limitar a extensão da aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO.
Despachos: CCJC
Atual Relator(a): Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer
Parecer de Comissão ao Projeto de Lei nº 4.609/2020.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
A Ação Direita de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), é um recurso que pode ser acionado quando há falha ou omissão do Legislativo ou Executivo em regular algo que é exigido pela Constituição. O projeto estabelece que, se uma questão já foi debatida no Congresso nos **últimos cinco anos**, ela **não poderá** ser objeto de uma **ADO**. Isso evita que o Judiciário interfira em temas que já passaram pelo Legislativo, garantindo que não haja **duplicidade de decisões**. A proposta limita o uso de ADOs em matérias que se baseiam apenas em princípios abstratos da Constituição. Esses princípios servem como guias gerais para interpretação das leis, mas não devem obrigar o Legislativo a tomar uma decisão concreta sobre questões amplas ou abstratas.

Ordem: **48**

CD PDL 166/2022 - (URGENTE)
Autor(a): Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.
Aprova o texto do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.
Despachos: CCJC -> CREDN -> CSPCCO -> PLEN
Atual Relator(a): Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Ordem: **50**

CD PL 5010/2013 - (URGENTE)
Autor(a): Kátia Abreu
Dispõe sobre o controle de material genético animal e sobre a obtenção e o fornecimento de clones de animais domésticos destinados à produção de animais domésticos de interesse zootécnico e dá outras providências.
Despachos: PLEN
Atual Relator(a): Pinheirinho (PP/MG)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas nºs 1 a 13, de 2013, apresentadas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
O Presente projeto é relevante ao desenvolvimento tecnológico do País e essencial para **revisar e atualizar o regramento da fiscalização de material de multiplicação animal no Brasil**. A aprovação, proporcionará normas claras para o uso de **biotecnologias de reprodução** e permitirá **eliminar barreiras** à implementação das novas relações comerciais. Além disso, é fundamental que a **clonagem seja regulamentada**, estabelecendo normas para sua utilização, obrigações e penalidades aos infratores e rastreabilidade dos produtos, uma vez que essa técnica é utilizada comercialmente no País. Fortalecerá toda a cadeia de material de multiplicação animal, ao trazer segurança jurídica à atividade pecuária e científica e proporcionará mais informação e transparência aos consumidores e aos mercados internacionais.

Ordem: **53**

CD PLP 29/2022 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Caroline de Toni (PL/SC)
Dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos
Despachos: CFT -> **CCJC** -> PLEN
Atual Relator(a): Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Projeto de Lei Complementar nº 63/2023, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda de redação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
As regras gerais do Código Tributário Nacional relacionadas à contagem de prazos para pagamento de tributos foram modificadas para assegurar que, se a data final para o pagamento de um tributo cair em um dia não útil, o prazo seja automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. Esta mudança visa adaptar os prazos de pagamento já existentes na legislação, evitando práticas que antecipem o vencimento para um dia útil anterior, o que pode prejudicar a programação de pagamento e o fluxo de caixa dos contribuintes. Além disso, o conceito de dia não útil é ampliado para incluir qualquer data em que haja feriado, seja federal, estadual ou municipal, independentemente da esfera federativa à qual pertence o sujeito ativo (a autoridade tributária responsável). Com essa modificação, o contribuinte terá mais previsibilidade e estabilidade em sua programação financeira, reduzindo o risco de penalidades por pagamento tardio devido a feriados ou finais de semana inesperados.

Ordem: **55**

CD PL 4379/2020 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Izalci Lucas
Altera os limites da Floresta Nacional de Brasília, criada pelo Decreto s/nº de 10 de junho de 1999; altera e recategoriza a Reserva Biológica da Contagem, criada pelo Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002; altera a Lei nº 11.285, de 8 de março de 2006, para modificar os limites do Parque Nacional de Brasília; e dá outras providências.
Despachos: CMADS -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Bia Kicis (PL/DF)

Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA
ARGUMENTAÇÃO
A desafetação (processo legal pela qual uma área deixa de ter uma destinação específica atribuída anteriormente e passa a ter uma nova finalidade) das Áreas 2 e 3 da Floresta Nacional de Brasília visa sanar conflitos históricos e permitir que essas áreas sejam utilizadas para outros fins, como a regularização fundiária e atividades econômicas, que antes não eram permitidos devido às restrições ambientais. Essas áreas já estão ocupadas e não possuem mais vegetação original, o que impede sua relevância na preservação da biodiversidade. Regularizar a situação fundiária proporciona segurança jurídica e melhores condições de vida para agricultores e moradores locais. Adicionalmente a proposta inclui medidas compensatórias, como a expansão da Área 1 da Flona e a criação do Parque Nacional da Chapada da Contagem.

Ordem: **59**

CD PL 8262/2017 - (ORDINARIA)
Autor(a): André Amaral (PROS/PB)
Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.
Despachos: CSPCCO -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Zucco (PL/RS)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Zucco (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 554/2019, 4.433/2023, 942/2019, 5.040/2019, 6.193/2019, 1.090/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.589/2021, 1.226/2022, 2.946/2022, 1.052/2023, 1.276/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.800/2023, 4.370/2023, 1.394/2024 e 1.361/2023, apensados e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com subemenda; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 10.140/2018, apensado.

ORIENTAÇÃO FPA:
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO:
O parecer **nº 10**, apresentado pelo relator Dep. Zucco, estabelece que o possuidor que tiver sua posse perturbada ou esbulhada poderá manter-se ou recuperar a posse por sua **própria força** ou com o auxílio da polícia, sem necessidade de **ordem judicial**, desde que aja de imediato e que as medidas tomadas não ultrapassem o necessário para garantir a posse. Isso permite uma remoção rápida dos invasores e combate crimes associados, como extorsão e roubo, ligados às invasões de terra. O projeto é uma resposta a tentativa de enfraquecimento do respeito à propriedade privada, especialmente devido a movimentos sociais que promovem invasões. Dos 23 projetos apensados, o PL 10.140/2018 foi recomendado para rejeição, por ir em direção contrária ao que o projeto principal defende, uma vez que impõe uma série de condições para a reintegração de posse, dificultando o restabelecimento da ordem. Na subemenda, foram aprovadas medidas que combatem o esbulho possessório, como o aumento da pena para esse crime e a garantia de indenização ao proprietário que teve sua posse tomada ilegalmente.

Ordem: **73**

CD PL 2942/2019 (Nº Anterior: PLS 458/2018) - (PRIORIDADE)
Autor(a): José Serra
Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para estabelecer que informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região.
Despachos: CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
A proposta busca permitir que os dados obtidos em estudos de impacto ambiental **(EIA/RIMA)** possam ser r**eutilizados para o licenciamento** de outros empreendimentos na mesma região. É considerado positivo e eficiente porque evita que empreendedores tenham que coletar dados primários para áreas que já foram amplamente estudadas. O uso desses dados economiza tempo e dinheiro, além de reduzir os impactos que novos estudos causariam, como a coleta de fauna para análise. O substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), e agora recomendado a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), introduz melhorias, como: **1**. O empreendedor deve solicitar ao órgão licenciador o uso dessas informações, o que evita sobrecarregar ao órgão ambiental; **2.** A utilização dos dados dos estudos de impacto ambiental não impede o uso de outros dados secundários, como pesquisas científicas disponíveis; **3.** O reaproveitamento dos dados deve ser limitado à mesma região do empreendimento e deve considerar a similaridade na metodologia de coleta, o esforço amostral e a época em que os dados foram levantados. Essas mudanças tornam o processo de licenciamento ambiental mais ágil e eficiente, sem comprometer a qualidade dos estudos.

Ordem: **76**

CD PL 4432/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Rodolfo Nogueira (PL/MS)
Dispões sobre a criação do Cadastro de Invasores de Propriedades e da outras previdências.
Despachos: CSPCCO -> CCJC
Atual Relator(a): Bia Kicis (PL/DF)

Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA
ARGUMENTAÇÃO
Mediante o cadastro será possível verificar pessoas que têm um histórico nas invasões de terras, permitindo às autoridades identificar padrões de comportamento e implementar eventualmente medidas preventivas para evitar futuras invasões. Ao tornar não apenas a repressão, mas a prevenção às infrações legais mais eficiente, o cadastro também irá contribuir para a segurança das propriedades.

10:30 **CVT - Comissão de Viação e Transportes**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 11	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Termo)

Proposições em pauta

Ordem: **1**

CD REQ 83/2024 CVT - (DIVERSOS)
Autor(a): Gerlen Diniz (PP/AC)
Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a distribuição dos recursos de concessões ferroviárias proporcionais à sua malha.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL

Ordem: **6**

CD REQ 90/2024 CVT - (DIVERSOS)
Autor(a): Zé Trovão (PL/SC)
Requer a realização de Audiência Pública para discutir a essencialidade dos Caminhões Semi-Leves para fins de tributação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL

Ordem: **15**

CD PL 3569/2021 - (ORDINARIA)
Autor(a): Carlos Bezerra (MDB/MT)
Dispõe sobre o transporte de cargas ou produtos perigosos ao meio ambiente nas travessias fluviais e lacustres, e dá outras providências.
Despachos: CVT -> CCJC
Atual Relator(a): Hugo Leal (PSD/RJ)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
Devido à natureza técnica e à necessidade de rápidas atualizações, a regulamentação do transporte de cargas perigosas deve ser detalhada em normas infralegais, como já fazem a ANTT e a ANTAQ. O projeto exigisse autorizações estaduais para o transporte fluvial de produtos perigosos, isso cria obstáculos administrativos e burocráticos, obrigando transportadores a obterem permissões em cada estado atravessado, complicando o processo. O projeto não inova, cria obstáculos administrativos desnecessários e apresenta penalidades vagas.

Ordem: **18**

CD PL 3519/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Maurício Neves (PP/SP)
Altera a lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012 para promover a transição do uso de motores de combustão interna para a eletromotricidade integral do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, na forma que especifica, e dá outras providências.
Despachos: CVT -> CDU -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Helena Lima (MDB/RR)

Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Helena Lima (MDB-RR), pela aprovação deste, e pela aprovação parcial da Emenda 1/2024 da CVT, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
ANALISANDO

Ordem: **24**

CD PL 915/2024 - (ORDINARIA)
Autor(a): Albuquerque (REPUBLICANOS/RR)
Altera a Lei nº 9.537, de 1997, para dispor sobre a habilitação de pescadores na categoria de aquaviário.
Despachos: CPOVOS -> CVT -> CREDN -> CCJC
Atual Relator(a): Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela aprovação, com emenda.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

10:39 **CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 02	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: **1**
CD REQ 60/2024 CMADS - (DIVERSOS)
Autor(a): Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)
Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com a Comissão de Saúde para debater sobre as medidas de controle, prevenção e mitigação dos impactos das queimadas na Amazônia e no Cerrado, bem como seus efeitos na saúde pública e no meio ambiente em todo o território nacional.
ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado. Subscreveram os Deputados Marcelo Queiroz e Nilto Tatto.
Ordem: **2**
CD REQ 61/2024 CMADS - (DIVERSOS)
Autor(a): Rafael Prudente (MDB/DF)
Requer a formação de comitiva para representação desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP29) de 2024 acontecerá de 11 a 24 de novembro, em Baku, capital do Azerbaijão.
ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado.
Ordem: **3**
CD PL 6539/2019 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Comissão de Meio Ambiente
Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), para atualiza´-la ao contexto do Acordo de Paris e aos novos desafios relativos à mudança do clima.
Despachos: CME -> CMADS -> CFT -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Amom Mandel (CIDADANIA/AM)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Amom Mandel (CIDADANIA-AM), pela aprovação deste, do PL 1539/2021, e do PL 691/2022 (Nº Anterior: PLS 712/2015), apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
ANALISANDO

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.
Ordem: **4**
CD PDL 36/2019 - (ORDINARIA)
Autor(a): José Medeiros (PL/MT)
Susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental.
Despachos: CMADS -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Elcione Barbalho (MDB/PA)
Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Elcione Barbalho (MDB-PA), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DA RELATORA
ARGUMENTAÇÃO
O Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, permite que os instrumentos usados na prática de infrações ambientais sejam destruídos no local e que áreas onde essas atividades ocorreram sejam embargadas (ou seja, proibidas de continuar funcionando). O Decreto citado cria insegurança jurídica para os produtores rurais, pois, a destruição de bens antes do julgamento da infração é vista como uma medida extrema e sem base legal, prejudicando o direito do infrator de se defender e causando possíveis danos irreparáveis, especialmente quando esses bens poderiam ter uso legal ou ser destinados a outros órgãos públicos. Nesse sentido, entendemos que o PDL deve prosperar, garantindo que os produtores tenham segurança jurídica, reduzindo perdas econômicas, promovendo o uso sustentável de recursos, assegurando o direito à ampla defesa e permitindo o uso flexível e produtivo das áreas agrícolas.

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora.
Ordem: **5**
CD PDL 334/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Coronel Fernanda (PL/MT)
Susta o Decreto nº 11.687, de 5 de setembro de 2023, que dispõe sobre as ações relativas à prevenção, ao monitoramento, ao controle e à redução de desmatamento e degradação florestal no Bioma Amazônia.
Despachos: CMADS -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
O ato conflitua e/ ou sobrepõe a Legislação Ambiental e infringe a Constituição Federal de 1988. Ao estatuir lista positiva de imóveis rurais que não tenham desmatado a partir de julho de 2008 o Decreto extrapolou claramente o seu poder regulamentar, além de invadirem tema reservado a lei ordinária, uma vez que para alterar texto do Código Florestal somente por outro instrumento normativo da mesma hierarquia é que qualquer modificação poderia ser aventada. Na prática, o Decreto está negativando empreendimentos e propriedades que cumpriram devidamente a legislação e tiveram autorizações concedidas para abertura de novas áreas após 2008, situação totalmente alheia a legislação ambiental e constitucional vigentes.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Discutiu a Matéria o Dep. Ivan Valente (PSOL-SP). Aprovado o Parecer.
Ordem: **6**
CD PL 752/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Felipe Becari (UNIÃO/SP)
Altera a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas dos Crimes contra a Fauna e dá outras providências.
Despachos: CMADS -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Marcelo Queiroz (PP/RJ)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Marcelo Queiroz (PP-RJ), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
A propositura legislativa apresentada assume crítica a lei do Novo Código Florestal nos dispositivos do art. 38 por enfatizar a responsabilidade apenas por "ação" do proprietário, ignorando a possibilidade de nexo causal por "omissão", no entanto é difícil estabelecer responsabilidade por omissão, pois isso implicaria em exigir provas de que o proprietário tinha conhecimento do risco e falhou em tomar medidas assertivas para prevenir o fogo, **é injusto impor responsabilização por omissão**. Outro tocante é a inversão do ônus probatório da autoridade competente para o proprietário, exigindo que ele prove sua inocência, o que é contrário ao princípio jurídico de presunção de inocência (resguarda o direito à liberdade do indivíduo acusado de cometer ato ilícito). Além disso nem todos os incêndios são evitáveis, mesmo com adoções de medidas preventivas. As Condições naturais do clima ou até mesmo ações de terceiros podem desencadear incêndios além do controle dos proprietários, o que é injusto responsabilizá-los por eventos além do seu controle.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Discutiu a Matéria o Dep. Bruno Ganem (PODE-SP). Aprovado o Parecer.
Ordem: **7**
CD PL 6144/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Alexandre Guimarães (MDB/TO)
Reconhece a rodovia federal BR-153 como infraestrutura crítica, indispensável à segurança nacional e estabelece a garantia de sua trafegabilidade nas condições que especifica.
Despachos: CMADS -> CPOVOS -> CVT -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Delegado Matheus Laiola (UNIÃO-PR), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.
Ordem: **8**
CD PL 4058/2020 - (ORDINARIA)
Autor(a): Josimar Maranhãozinho (PL/MA)
Estabelece medidas de conservação da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia.
Despachos: CINDRE -> CME -> CMADS -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Zé Trovão (PL/SC)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Zé Trovão (PL-SC), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.
Ordem: **9**
CD PL 5269/2020 - (ORDINARIA)
Autor(a): Professora Rosa Neide (PT/MT)
Altera o art. 38 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 – Responsabilização dos causadores por incêndios florestais
Despachos: CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Camila Jara (PT/MS)
Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Camila Jara (PT-MS), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DA RELATORA
ARGUMENTAÇÃO
É injusto exigir que os proprietários provem sua inocência diante de um incêndio, especialmente quando não há garantias de que suas medidas preventivas seriam eficazes em todos os casos, pois não é possível evitar todos os incêndios, mesmo com práticas adequadas. Além disso, responsabilizá-los por omissões implica uma carga probatória excessiva, que fere o princípio da presunção de inocência, um direito fundamental, garantido na constituição.

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora.
Ordem: **10**
CD PL 3984/2021 - (ORDINARIA)
Autor(a): Nereu Crispim (PSD/RS)
Institui o Dia Nacional de Não Descartar lixo nas Ruas Avenidas e no Meio Ambiente.
Despachos: CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Túlio Gadêlha (REDE/PE)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Túlio Gadêlha (REDE-PE), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.
Ordem: **11**
CD PL 4220/2021 - (ORDINARIA)
Autor(a): Stefano Aguiar (PSD/MG)
Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para dispor sobre a responsabilidade de logística reversa mediante o retorno dos produtos ao fabricante.
Despachos: CMADS -> CDU -> CCJC
Atual Relator(a): Duda Salabert (PDT/MG)
Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Duda Salabert (PDT-MG), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DA RELATORA
ARGUMENTAÇÃO
EM ELABORAÇÃO

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora.
Ordem: **12**
CD PL 918/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)
Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito de garantia de proteção e de segurança de vítimas de violência doméstica e de seus animais de estimação e dá outras providências.
Despachos: CMADS -> CMULHER -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Bruno Ganem (PODE/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Bruno Ganem (PODE-SP), pela aprovação deste, e do PL 4043/2023, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Aprovado o Parecer.
Ordem: **13**
CD PL 4096/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Felipe Becari (UNIÃO/SP)
Dispõe sobre o acolhimento de animais domésticos de pequeno e médio porte que acompanhem os seus tutores nos abrigos emergenciais, albergues, centros de serviços, restaurantes comunitários e casas de convivência no âmbito nacional.
Despachos: CMADS -> CPASF -> CCJC
Atual Relator(a): Célio Studart (PSD/CE)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Célio Studart (PSD-CE), pela aprovação deste, do PL 5650/2023, e do PL 1787/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.
Ordem: **14**
CD PL 5054/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS/RR)
Dispõe sobre coeficiente de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em operações com biodiesel fabricado a partir de dendê.
Despachos: CMADS -> CME -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Elcione Barbalho (MDB/PA)
Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Elcione Barbalho (MDB-PA), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora.
Ordem: **15**
CD PL 5550/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): Nilto Tatto (PT/SP)
Altera a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Plante Uma Árvore.
Despachos: CMADS -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Stefano Aguiar (PSD/MG)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Stefano Aguiar (PSD-MG), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.
Ordem: **16**
CD PL 783/2024 - (ORDINARIA)
Autor(a): Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)
Dispõe sobre a proibição de descarte de pintinhos machos recém eclodidos por meio da adoção de tecnologias de sexagem in ovo.
Despachos: CMADS -> CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Bruno Ganem (PODE/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Bruno Ganem (PODE-SP), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
No Brasil, os métodos de eutanásia seguem as diretrizes estabelecidas por organizações internacionais e nacionais, como a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Essas diretrizes visam garantir práticas humanitárias na gestão sanitária dos animais, mesmo em países com legislações rigorosas de bem-estar animal. Empresas de genética e avicultura de ponta no Brasil estão ativamente envolvidas na pesquisa de alternativas, como métodos de sexagem embrionária e utilização comercial dos machos. No entanto, essas alternativas ainda não foram completamente aprovadas e implementadas, especialmente devido à complexidade e ao tempo necessário para adaptação em uma cadeia produtiva extensa como a brasileira e de outros grandes produtores. A prática de seleção genética e descarte de animais sem finalidade zootécnica é comum globalmente e necessária para sistemas produtivos modernos. Especificamente na avicultura de postura, a eliminação dos pintos machos de um dia é justificada pela falta de utilidade econômica e genética para a produção de ovos. As empresas sediadas no Brasil, sendo internacionais e comprometidas com melhores práticas de produção, estão ativamente buscando novas tecnologias que atendam às recomendações das entidades internacionais e às demandas científicas globais. Assim que tecnologias viáveis industrialmente forem desenvolvidas, e não resultarem em custos excessivos para os alimentos no Brasil, alternativas poderão ser consideradas e implementa.

Resultado:
Aprovado o Parecer.
Ordem: **17**
CD PL 1377/2024 - (ORDINARIA)
Autor(a): Célia Xakriabá (PSOL/MG)
Institui o Dia Nacional do Reflorestamento e dos Corações Unidos pela Cura da Terra
Despachos: CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

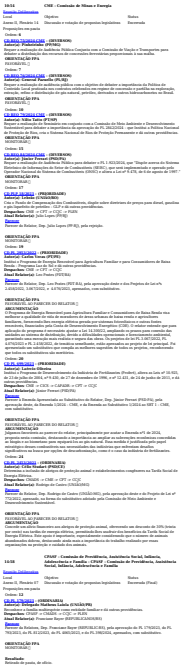
Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Aprovado o Parecer.
Ordem: **18**
CD PL 2000/2024 - (ORDINARIA)
Autor(a): Dandara (PT/MG)
Dispõe sobre a destinação de recursos para ações de enfrentamento a inundações e alagamentos severos, fundadas no conceito de "cidades-esponja".
Despachos: CMADS -> CDU -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Marcelo Queiroz (PP/RJ)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Marcelo Queiroz (PP-RJ), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Aprovado o Parecer.
Ordem: **19**
CD PL 2215/2024 - (ORDINARIA)
Autor(a): Duda Salabert (PDT/MG)
Institui o Dia Nacional para a Ação Climática.
Despachos: CMADS -> CE -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Flávia Morais (PDT/GO)
Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Lido o Parecer pela Relatora. Aprovado o Parecer.



10/10/2024 – quinta-feira

09:00	**CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**	
Reunião Deliberativa		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Cancelada
Proposições em pauta		

Ordem: **22**

CD PL 1454/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Evair Vieira de Melo (PP/ES)**
Institui o “Selo-Arte Café”, a ser conferido ao produto obtido mediante o emprego de modo artesanal de produção e de processamento.
Despachos: CAPADR -> **CCJC**
Atual Relator(a): Tião Medeiros (PP/PR)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Tião Medeiros (PP-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
EM ELABORAÇÃO